



CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS
E SEGURANÇA PÚBLICA

NATANIEL COLARES DIAS

**ESPACIALIDADE E TERRITORIALIDADE DA
VIOLÊNCIA NAS ÁREAS LITORÂNEAS DE
FORTALEZA, CEARÁ: BAIRRO DO SERVILUZ
EM FOCO.**

FORTALEZA
2009

NATANIEL COLARES DIAS

**ESPACIALIDADE E TERRITORIALIDADE DA
VIOLÊNCIA NAS ÁREAS LITORÂNEAS DE
FORTALEZA, CEARÁ: BAIRRO DO SERVILUZ EM
FOCO.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, pelo Curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública do Centro de Treinamento e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Ms. Luiz Fábio Silva Paiva

FORTALEZA
2009

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Ms. Luiz Fábio Silva Paiva
Orientador

Prof. Dr. César Barreira
Coordenador

Al. Nataniel Colares Dias
Especialista

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre a violência, principalmente entre os jovens, em especial da comunidade do Serviluz, que fica situada entre os bairros do Cais do Porto e do Vicente Pizon, na zona leste da cidade de Fortaleza.

Ele mostra o processo de formação dos territórios nos espaços influenciados pela violência, as territorialidades formadas por grupos rivais dentro da aludida comunidade, em outras palavras, os territórios do medo.

No decorrer do trabalho, procuramos analisar o expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho. Esses fatos estão deixando a juventude fortalezense sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que é vítima de situações sociais precárias, muitas vezes excluídos socialmente e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania e desenvolvimento cultural.

Muito desses jovens convivem diariamente com a falta de estruturação familiar, pois vivem em ambientes nos quais a família já não tem condições de criar ou manter laços de amor, carinho, cuidado e preocupação, haja vista que a luta pela sobrevivência mina quaisquer possibilidades de uma convivência saudável para o pleno desenvolvimento desses jovens, impossibilitando-os de alcançarem a condição de cidadão.

Nesse ambiente e nessas condições, fica fácil banalizar a violência, por isso ela tanto cresce e cada vez mais se estabelece no seio de nossa sociedade. A sobrevivência nesse meio é tão cruel e desumana que o sofrimento gera violência de maneira simples, quase como uma resposta imediata às condições selvagens em que mal vivem.

É no contexto de vulnerabilidades dessa juventude, responsável pela segregação do Serviluz, e da falta de perspectivas destes que o trabalho se desenvolveu, mostrando os territórios e de que forma eles predominam dentro da comunidade e geram a sensação de medo em sua população.

Palavras-chave: espaço, território, violência, Serviluz.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURA 1** – Localização da área de estudo, com o mapa do Ceará destacando a cidade de Fortaleza e sua zona costeira na escala 1: 36.100 11
- FIGURA 2** – Localização do lugar Serviluz, em destaque, na cidade de Fortaleza – Ceará..... 12

LISTA DE SIGLAS

HABITAFOR - Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza.

SER – Secretaria Regional.

UBASF – Unidade Basica de Saúde da Família.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza.

CIOPS – Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
1.1 Objetivos.....	07
1.2 Justificativas	07
1.3 Metodologia	09
2. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	11
2.1 Ocupação dos espaços litorâneos	13
3.O ESPAÇO	15
3.1 Segregação territorial no Serviluz.....	16
4. A EXPANSÃO URBANA DE FORTALEZA.....	18
4.1 A Ocupação no Entorno do Farol e do Porto do Mucuripe.....	19
4.2 As formas de ocupação no Serviluz	20
5. VIOLÊNCIA	22
5.1 A implantação do Programa Ronda do Quarteirão.....	26
5.2 Violência entre os jovens.....	27
5.3 Violência e drogas	28
5.4 Gangues e galeras	29
5.5 Educação	31
5.6. Trabalho	36
5.7. Infra-estrutura	37
6. CONCLUSÃO	36
BIBLIOGRAFIA	38
ANEXO	45

1. INTRODUÇÃO.

A área do Serviluz, se assim podemos denominar, é compreendida pelos bairros Vicente Pizón e Cais do Porto. No contexto urbano de Fortaleza, ela está associada à violência e aos novos processos sociais que segregam o tecido sócio-espacial daquela área.

A população da referida área, em sua maioria, é caracterizada por moradores de baixa renda, como pode ser constatado pelos dados do IBGE em anexo neste trabalho. Nela se desenvolve um tipo diferenciado de separação que não é caracterizado pelo poder econômico, mais sim pela violência banal de grupos rivais que por vezes afligem moradores que não têm envolvimento direto com esses grupos.

A violência gerada por tais grupos dentro do Serviluz tem contribuído para o aumento do sentimento de medo, que é agravado a cada final de semana, quando as manchetes televisivas anunciam os homicídios ocorridos dentro de sua área, muitas vezes sem justificativas aparentes, restando apenas o ódio alimentado pelos grupos rivais.

O aumento da violência em Fortaleza possui relações com os processos de segregação sócio-espacial da atualidade, que vem separando as classes sociais em espaços dotados de infra-estrutura e integrados, em oposição aos espaços com população vivendo múltiplas situações extremas de exclusão.

Dentre os muitos aspectos da violência urbana a serem considerados, destaca-se a distribuição desigual da criminalidade violenta na cidade de Fortaleza, que se concentra fundamentalmente nos bairros das populações menos privilegiadas. Os números mais expressivos de homicídios são encontrados em bairros cuja população está sujeita a uma maior vulnerabilidade social, atingindo preferencialmente os habitantes que residem em espaços segregados da cidade, como é o caso da população do Serviluz citada anteriormente.

No Serviluz, a população está segregada basicamente em três territórios violentos: o território das Estivas; o território da Favela, que compreende o Titanzinho e o território da Pracinha do São Francisco; e mais um agregado, que não participa de forma mais veemente na segregação pela violência, que é a área da Sardinha. A maioria dos homicídios ocorre entre os três primeiros citados.

Quem bem caracteriza essa batalha que está sendo travada atualmente entre os três grupos do Serviluz é o “Batata”, que, juntamente com o “Rafael do Boi”, lidera a área da Favela. Segundo os relatos feitos em entrevista pelo primeiro, havia uma união entre os diferentes territórios do Serviluz - os conflitos existentes eram entre o bairro do Serviluz e o

do Castelo Encantado - e que o conflito intrabairro do Serviluz veio a ser gerado por uma discussão banal numa festa, fato a ser discutido em sua entrevista mais à frente.

A população acaba assumindo o território dominado pelas gangues. Quando indagada de que área ela é, uma moradora respondeu que pertencia à Pracinha. Na noite do dia 24 de julho, uma senhora que estava em casa acabou sendo atingida por uma bala perdida quando elementos pertencentes à gangue da Estiva foram atrás de matar elementos da Pracinha.

A escolha da temática a ser estudada se deu pelo fato de ter trabalhado nessa área e conhecer os enclaves existentes entre os grupos que a separam em territórios por meio da violência já consolidada há cerca de sete anos, a qual ainda não foi dissipada.

1.1. Objetivos.

O objetivo geral do presente estudo visa a análise da violência no processo de formação espacial e territorial dos espaços litorâneos de Fortaleza, bem como as iniciativas públicas de combate aos enclaves existentes entre os grupos segregadores do bairro Serviluz.

Quanto aos objetivos específicos, podemos destacar a busca na compreensão da formação dos grupos no bairro do Serviluz, o diagnóstico de diferentes conceituações de espaço e território, a tentativa de identificação de áreas conflitantes dentro do bairro, a tentativa de delimitação desses grupos e a evolução da zona litorânea de Fortaleza no processo de formação das territorialidades do Serviluz.

Não obstante, alguns desafios foram e são colocados para esta pesquisa, por exemplo, a vinculação da violência apenas ao aspecto mais visível: a violência física. Mas esse estudo pretende demonstrar que a eliminação de um indivíduo por outro, na área do Serviluz, não é resultado apenas da virilidade, mas que decorre mais concisamente da vulnerabilidade social e da segregação sócio-espacial a que é submetido. O desafio está em compreender o fenômeno da violência urbana em sua dimensão sócio-espacial.

1.2. Justificativas.

Fortaleza, a capital do Estado do Ceará, modificou-se muito nos últimos 20 anos. Seu processo de crescimento populacional e residencial não ocorreu de forma organizada, ou

seja, não aconteceu fundamentado nas bases econômicas, políticas e culturais, fatores necessários para um crescimento ordeiro. Dessa forma, ocasionou o que podemos chamar de um “inchaço da cidade”, não um crescimento propriamente dito.

As regiões periféricas sofreram com o vertiginoso e rápido crescimento do número de favelas, sendo este fato responsável pela impossibilidade de uma estruturação social favorável à maioria dos indivíduos. O aumento populacional, em curso desde os anos 80, relegou-nos uma geração de jovens, entre 14 e 25 anos, que, pela falta de estruturação da sociedade, não tem acesso às condições intelectuais e culturais básicas ao desenvolvimento da cidadania e à preparação para o mercado de trabalho, fato detectado pelo censo demográfico do IBGE do ano 2000.

Muito dos jovens da área do Serviluz convivem diariamente com a falta de estruturação familiar, pois vivem em ambientes nos quais a família já não tem condições de criar ou manter laços de amor, carinho, cuidado e preocupação, haja vista que a luta pela sobrevivência mina quaisquer possibilidades de uma convivência saudável para o pleno desenvolvimento desses jovens, impossibilitando-os de alcançarem a condição de cidadão. Infelizmente, entre eles, muitos nasceram e cresceram nas ruas, sem o convívio com sentimentos que neles pudessem agir como termômetro para o bem viver na sociedade.

Boa parte desses jovens não tem apego pela vida, pois a eles nada se ofereceu de bom ou proveitoso. São jovens sem perspectivas, por isso, para eles, é taxada a idéia de que não têm nada a perder. Esse fato não é constatado em outros jovens que, da mesma forma, foram submetidos a essas condições de vida brutais: pelo contrário, não viram nas drogas e na violência a sua única saída, buscando nos estudos e no esporte a válvula de escape.

Nesse ambiente e nessas condições, fica fácil banalizar a violência, por isso ela tanto cresce e mais se estabelece no seio de nossa sociedade. A sobrevivência nesse meio é cruel e desumana, já que o sofrimento gera violência de maneira simples, quase como uma resposta imediata às condições selvagens em que mal vivem.

As instituições públicas falam em mudança e em outros caminhos como supostas soluções para a violência nessa área, ficando por parte de organizações não governamentais essa tentativa. Elas aplicam projetos sociais dentro do bairro na tentativa de diminuir a violência, como é o caso do projeto “Serviluz sem Fronteiras”, que tem como público alvo a população jovem.

No entanto, pouco é feito. Pouco se trabalha. Pouco se luta pela preservação da vida desses seres humanos, que antes de serem uma ameaça à sociedade, deveriam ser cidadãos, com as mesmas oportunidades, os mesmos direitos, as mesmas obrigações. Tudo para ter, também, chances semelhantes de um futuro promissor.

1.3. Metodologia.

Para alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, foram utilizados dados populacionais do censo do IBGE de 2000 dos bairros do Cais do Porto e do Vicente Pizón, bairros correspondentes à área do Serviluz. Esses dados nos permitiram analisar as características sócio-espaciais da área de estudo, tendo como variáveis sexo, idade, domicílios e alfabetização da população.

Foram realizadas visitas a órgãos e instituições para obter o máximo de dados possíveis com a Coordenadoria Integrada de Operacionais de Segurança – CIOPS, na tentativa de obter dados com relação aos índices de mortalidade do Serviluz.

Quanto à parte qualitativa, buscou-se na literatura o aporte teórico sobre os temas de violência, vulnerabilidade e o processo de segregação, bem como foram realizadas entrevistas não-estruturadas com moradores, membros e policiais. A dificuldade maior foi gerada pelo fato de eu ser policial e procurar me abster das respostas, não as direcionando na fala dos entrevistados. Por vezes, enfatizei que o entrevistado não precisava adivinhar o que eu queria ouvir e que não se preocupasse com a resposta, contanto que fosse verdadeira.

Teoricamente, as análises aqui feitas foram baseadas numa perspectiva mais fenomenológica¹, pois tento me posicionar através dos fenômenos apresentados dentro do Serviluz a partir da experiência do vivido, do contemplado, do empírico. Experiência essa adquirida durante o período em que trabalhei mais diretamente na área como policial militar do projeto Ronda Escolar e, atualmente, do projeto Ronda do Quarteirão, sendo o primeiro a atuar com mais ênfase dentro das escolas, vivenciando diretamente a violência dentro dessa

¹ A **Fenomenologia**, nascida na segunda metade do [século XIX](#), a partir das análises de [Franz Brentano](#) sobre a intencionalidade da consciência humana, trata de descrever, compreender e interpretar os [fenômenos](#) que se apresentam à percepção. Propõe a extinção da separação entre "sujeito" e "objecto" (opondo-se ao pensamento positivista do [século XIX](#)) e examina a realidade a partir da perspectiva de primeira pessoa. [Edmund Husserl](#), [Martin Heidegger](#), [Jean-Paul Sartre](#) e [Maurice Merleau-Ponty](#) foram alguns dos principais filósofos fenomenologistas do século XX.

instituição de ensino e, num segundo momento, desenvolvendo uma espécie de policiamento de aproximação da comunidade, conforme almeja a filosofia do projeto Ronda do Quarteirão.

Foram realizadas entrevistas semi-direcionadas com moradores, policiais e membro dos grupos segregadores do bairro no intuito de compreender, a partir dos mesmos, as perspectivas e visão de cada um deles no que se refere a territorialização do Serviluz pela violência.

As informações aqui levantadas objetivam compreender os processos que estão corroborando para o aumento e a complexa relação entre violência urbana, segregação sócio-espacial e vulnerabilidade social na cidade de Fortaleza. Ademais, esse estudo objetiva buscar algumas explicações mais contundentes para o aumento da violência e do esgarçamento do tecido social no Serviluz e entender o papel do espaço na produção e reprodução da violência urbana.

2. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.

A área de estudo encontra-se inserida na Região Metropolitana de Fortaleza. Localizada na zona leste dessa cidade, ocupa uma área de aproximadamente 9 km, distribuída ao longo da planície costeira entre os bairros do Cais do Porto e Vicente Pizón, prolongando-se pela Praia do Futuro. Abrange faixas de praia e morros, o que propiciou a ocupação de população de baixa renda.

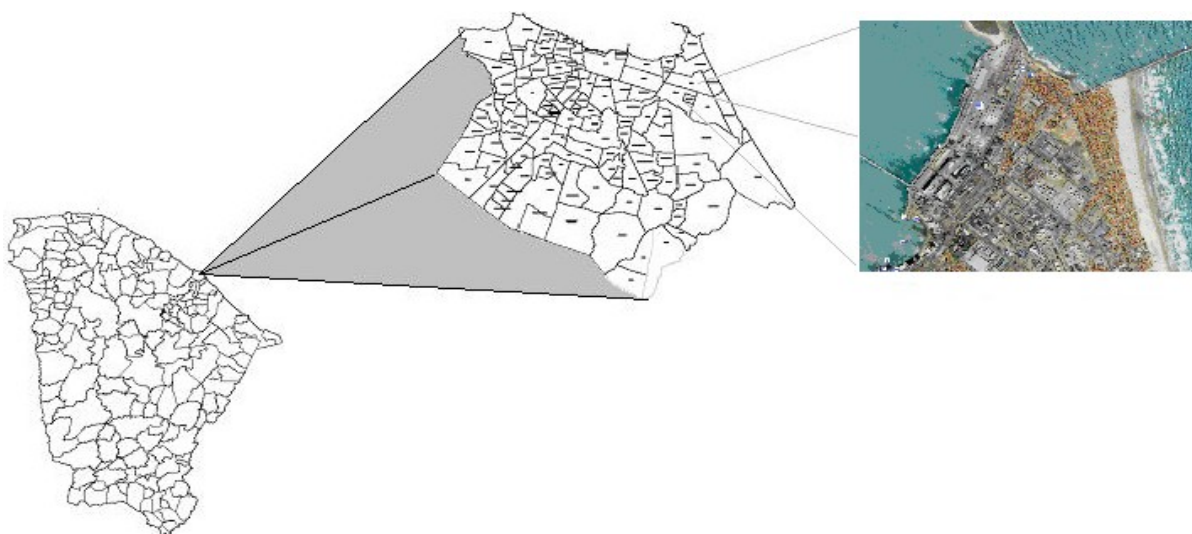


Figura 1 - Localização da área de estudo, com o mapa do Ceará destacando a cidade de Fortaleza e sua zona costeira na escala de 1: 36.100 (Google Earth, 2008).

Os bairros do Cais do Porto e do Vicente Pizón estão inseridos no conjunto de bairros que compreende a Secretaria Executiva Regional (SER) II. Essa divisão em bairros foi estabelecida a partir de 1997, na gestão do prefeito Juraci Magalhães, com a criação da Secretaria Executiva Regional II (SER II). Ocorreu a partir de uma nova divisão político-administrativa em regiões (Secretarias Executivas), seguindo a Lei municipal de n. 8.000, de 29 de janeiro de 1997.

O Serviluz, segundo a SER II, está localizado entre o bairro do Cais do Porto e Vicente Pizón. De acordo com a SER II e a Unidade Básica de Saúde da Família (UBASF) Dr. Célio Girão, o Serviluz está inserido no Bairro Vicente Pinzón, excetuando-se o lugar Estivas, localizado no bairro Cais do Porto. Não obstante essa incoerência, tanto o IBGE quanto a Lei de Uso e Ocupação do Solo (n. 7.987, de 23 de dezembro de 1996) reconhecem

toda essa área, incluindo o porto do Mucuripe, como bairro Cais do Porto, e o setor distribuído entre as ruas Ismael Pordeus, Engenheiro Renato Braga é tido como Vicente Pinzón.

O acesso imediato ao lugar Serviluz pode ser dado através das avenidas Abolição, Vicente Carvalho, Zezé Diogo, Dioguinho e Alberto Sá, entre outras vias. Levando em consideração a identidade que a comunidade tem com o lugar - para os moradores, toda a área mencionada é Serviluz - o presente trabalho assim o mencionará, ressaltando as territorialidades existentes dentro do bairro que, por vezes, geram delitos entre os jovens. Podemos delimitar os territórios como a Favela do Farol, que contém as casas localizadas no entorno e nas proximidades do antigo farol, inserida na confluência da avenida Vicente de Castro com a travessa Amâncio Filomeno; O Titanzinho, local correspondente aos antigos moradores da praia Mansa, situado num recorte espacial inserido entre as ruas São José, José Monteiro, Murilo Borges e Ponta Mar; As Estivas, local dos antigos estivadores do porto do Mucuripe, localiza-se na confluência da avenida José Sabóia com a rua Professor Henrique Firmeza.

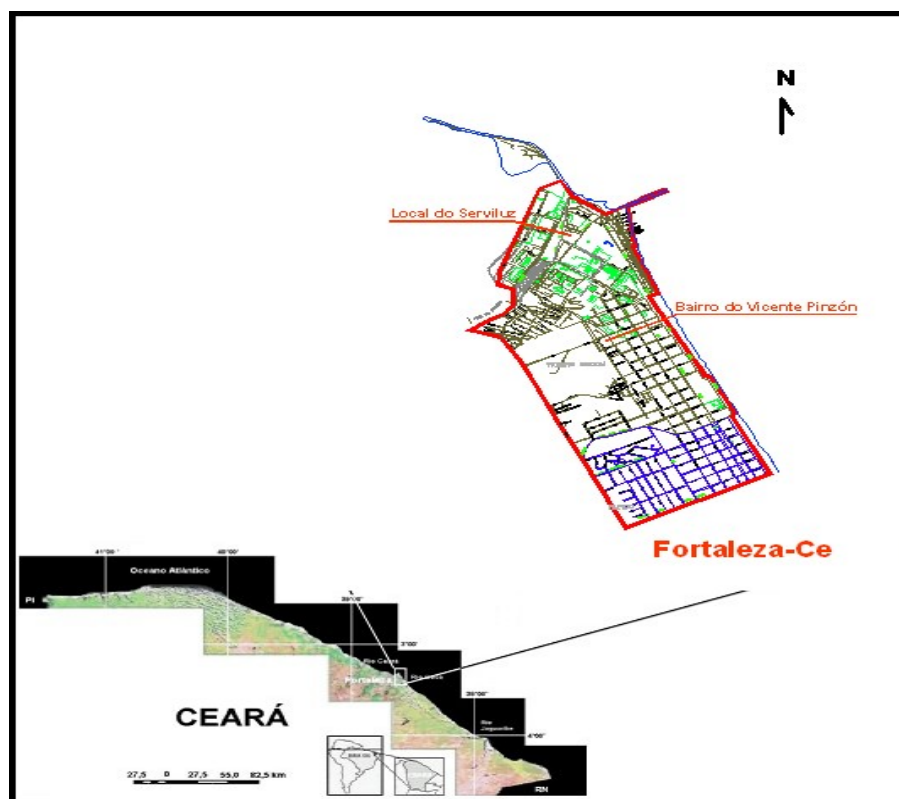


Figura 2 – Localização do lugar Serviluz e Bairro Vicente Pinzón na cidade de Fortaleza – Ceará. Fonte: Aerofotonordeste, 1999.

2.1. Ocupação dos espaços litorâneos.

O processo de ocupação dos espaços litorâneos do Estado do Ceará deve ser analisado, a priori, pelo município de Fortaleza. Na capital cearense, esse processo se inicia a partir das classes pobres, já que essas áreas foram ocupadas por populações pobres que migraram do interior para a capital tentando se refugiar das secas prolongadas que assolavam o interior do Estado. Passaram a ocupar os terrenos de Marinha, uma vez que não conseguiam ocupar outras terras senão as da faixa de praia devido às arbitrariedades praticadas pelos grandes latifundiários que, por vezes, utilizavam-se de métodos violentos para não deixar que essa população ficasse em suas terras, restringindo-lhes o acesso. A população, portanto, se aglomerava nessas faixas, em condições sub-humanas de sobrevivências (DANTAS, 2005).

A população da Marinha se utilizava do espaço litorâneo para sobreviver da pesca. Já que não tinha acesso à terra para plantar, viu nessa outra atividade uma alternativa, único meio de sobrevivência que restava aos mais desfavorecidos economicamente. Passaram, então, a se identificar com essa atividade econômica, o que dava mais força aos pescadores.

Os espaços litorâneos de Fortaleza passam por outro forte processo de modificação a partir da valorização das zonas litorâneas por parte das elites. Esse processo se inicia pela Praia de Iracema e, em seguida, estende-se à Praia do Meireles, dando continuidade em direção à zona leste, segregando e afastando os pobres e pescadores que se aglomeraram no Serviluz. Com a justificativa de que a zona de praia fosse utilizada para espaço de lazer, ela passou a ser ocupada cada vez mais pela elite, que lá começou a construir a sua segunda residência, passando a colocar em xeque a ocupação dos pescadores nas faixas de praia, procurando ditar como deveria ser utilizado o espaço litorâneo.

A especulação imobiliária tem provocado um processo de deslocamento das populações, tanto em nível local como em direção à capital do Estado. O objetivo das comunidades é a regularização dos espaços de assentamento e o direito a livre acesso ao litoral.

A história do litoral, nos últimos 30 anos, está caracterizada por um processo de urbanização, industrialização e crescimento turístico desenfreado e desordenado, no qual as políticas de desenvolvimento materializadas em projetos e programas não estão conectadas à construção de uma sustentabilidade sócio-ambiental. Muito pelo contrário, observamos uma disputa pelo espaço dessas atividades, muitas vezes provocando a desestruturação sócio-

cultural das comunidades e a degradação ambiental de alguns ecossistemas. Salientamos, também, a ausência de um espaço democrático de discussão e decisão que garanta a participação dos atores sociais e, em especial, das comunidades locais na perspectiva de envolvê-los nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação dessas políticas. Neste sentido, Vasconcelos (2005, p.16), afirma que:

A população litorânea disputa um mesmo espaço para as mais diversas atividades e finalidades, entre elas a habitação, a indústria, o comércio, o transporte, a agricultura, o lazer e o turismo. Torna-se natural que em um espaço restrito pelo adensamento populacional grupos distintos disputem uma mesma área para atividades diferentes e muitas vezes conflitantes.

Com o passar dos tempos, passou a ocorrer a alteração do espaço tradicionalmente ocupado por pescadores e por pobres para a valorização de um espaço voltado para a área de lazer e de habitação de outra classe de moradores: os de elevado poder aquisitivo. Este fato culmina na construção de calçadões como o da Avenida Beira Mar, nos anos sessenta, pelo então Prefeito Cordeiro Neto, que expulsa a zona de prostituição para a área do farol do Mucuripe, hoje conhecido como Serviluz, e os pescadores e pobres que por lá residiam para o alto das dunas (COSTA, 2005). Dessa forma, passam a ocorrer conflitos entre a população de alto poder aquisitivo e os pescadores e moradores de menor poder aquisitivo promovendo, assim, um maior embate, mesmo que desigual, entre essas duas classes que queriam ocupar o mesmo espaço ao longo da praia.

Tendo em vista essa nova configuração, o litoral passa a ser entendido sob duas lógicas. A primeira reza que o litoral tem que ser entendido como espaço de produção onde o uso está ligado à vida, aos hábitos e costumes, e/ou necessidades como beber e respirar. Sob outra lógica, o litoral tem que ser entendido como espaço do consumo onde ocorre a transformação da natureza em mercadoria (LEFEBVRE, 1978), e é nessa lógica que se insere o setor privado por meio das elites que produzem a mercadoria espaço urbano para atender às suas necessidades como, por exemplo, as atividades turísticas praticadas nos espaços litorâneos do Estado cearense.

3. O ESPAÇO.

O espaço pode ser determinado como um sistema de relações, algumas determinadas a partir dos dados do meio físico (arquitetura dos volumes rochosos, clima, vegetação) e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, da organização social e econômica, do nível das técnicas; numa palavra: “de todas essas tessituras pejadas de densidade histórica a que damos o nome de civilização” (DOLLFUS, 1991, p.08).

De acordo com Lefebvre (2002), o espaço é o meio, a mediação, ao mesmo tempo instrumento e intermediário das relações que neles se reproduzem. O espaço não é somente regra, forma superior, norma, aquele que proporciona as formas, os sentidos e as finalidades.

O espaço geográfico também articula duas dimensões. A primeira dimensão diz respeito à localização de um ponto no mapa, e a segunda refere-se ao conteúdo dessa localização, qualificando e singularizando o espaço. De acordo com Carlos (2001), esse conteúdo é determinado por meio das relações sociais estabelecidas num determinado espaço, conferindo-o característica de produto social e histórico.

O espaço era simplesmente uma variável numa estrutura conceitual imaginada primitivamente para análise econômica a-espacial. Em referência a uma regionalização do espaço, os economistas e cientistas regionais, considerando apenas a economia, desconheciam o espaço na tentativa de compreender os processos urbanos. Dessa forma, concorda-se com Silva (2003), “é fundamental o conhecimento das condições de vida da população e do meio físico, pensar de forma integrada os problemas setoriais da cidade na perspectiva de conhecê-la e interpretá-la na sua totalidade”.

Ribeiro (1997,) diz que “... a terra somente adquire um preço porque o seu uso permite aos agentes econômicos obterem ganhos extraordinários nos investimentos que realizam na cidade”. O preço, ou melhor, o valor dessas terras é reflexo de uma “mera disputa” entre os diversos capitalistas em busca do controle das condições de sobre-lucro advindas das localizações dos terrenos. Ainda insere esse autor que essa disputa é também responsável pela segregação social e pela constituição do espaço urbano. Urbano esse que “é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas de riquezas, obras da cultura, as compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano” (LEFEVBRE, 2002).

Por fim, resumidamente, a política econômica e suas consequências sociais interferem na formação do território, refletindo no espaço geográfico. Um conhecimento da ação e da configuração desse espaço deve “constituir o esteio de nosso quadro de vida” (DOLLFUS, 1991).

Nos espaços litorâneos brasileiros, é possível observar que boa parte está voltada para a dinâmica mercantil em pleno desenvolvimento, o que torna necessário uma análise desses espaços e de suas inter-relações com a urbanização, industrialização, mercantilização e ocupações ilegais e/ou desordenada, caso do bairro do Serviluz. Uma vez que o capital é um processo que reproduz a vida social por meio da produção de mercadorias, todas as pessoas inseridas no sistema capitalista estão profundamente implicadas, transformando a sociedade em que estão inseridas (HARVEY, 1980)

3.1 - Segregação territorial no bairro do Serviluz.

A análise de uma paisagem urbana é denunciadora de sua história e de sua condição de desenvolvimento, revelando o passado na organização do espaço urbano da época contemporânea, princípio que pode ser comparado com o Atualismo do Inglês James Hilton, que utiliza o presente como a chave do passado para analisar a evolução paisagística. Portanto, “qualquer teoria geral da cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial em que ela assume” (HARVEY, 1980). Não devemos analisar as alterações espaciais sem compreender os processos sociais que foram alterando o espaço, pois eles são os principais agentes modeladores dos espaços urbanos.

Segundo David Harvey (1980), a estrutura conceitual para o possível entendimento do que seja a cidade é aquela que inclui e se edifica sobre as imaginações sociológicas e geográficas, uma vez que para compreendermos a complexidade do espaço precisamos entender os processos sociais. A compreensão e análise sociológica e geográfica não são fáceis, uma vez que exigem uma gama de conceitos e técnicas que possam unir os dois campos e que sejam tratadas de forma coesa na problemática da interseção entre o social e o espacial.

Souza (1978) apresenta uma classificação sócio-espacial dos bairros em três categorias, na qual a primeira trata do conteúdo composicional referente a características da paisagem quanto à classe social e à renda predominante; a segunda trata do conteúdo

interacional, referente ao grau de coesão e às formas de relações sociais; o terceiro trata do conteúdo simbólico, ou seja, da imagem associada ao bairro e dos sentimentos de lugar de seus habitantes, que contribuem para reconhecê-lo como um bairro específico distinto dos outros. O processo de urbanização provoca o aumento acelerado da segregação, como pode ser observado nas grandes cidades brasileiras:

As áreas residenciais segregadas representam papel ponderável no processo de reprodução, no bojo do qual se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações; os bairros são locais de reprodução dos diversos grupos sociais” (CORRÊA, 1995).

Com efeito, podemos dizer que, na área de estudo em questão, esses diversos grupos sociais são reproduzidos.

Uma análise das diversas formas de provisão de moradia pode Fornecer um diagnóstico amplo dos agentes produtores e promotores, dos diversos segmentos do mercado, e do caráter da legislação urbanística (sem esquecer o caráter da gestão) que favorece a uns e não a outros. Dessa forma encontraremos as causas de muitas das características do ambiente construído, dentre as quais as exclusões ou segregação territorial. Por esse motivo, o ambiente construído deve ser tomado em seu todo (MARICATO, 2001).

Durante a década de 1970, sobre as áreas faveladas de Fortaleza, podemos dizer que: “... encontram-se dispersas por todo o espaço urbano. Entretanto as áreas de maiores concentrações apresentam densidade populacional elevadas, como no caso da favela do Mucuripe (mais de 240 hab/ha)...” (SOUZA, 1978).

4. A EXPANSÃO URBANA DE FORTALEZA.

Os processos sócio-ambientais são históricos e dinâmicos. Assim, a sociedade foi se transformando com o seu espaço, uma vez que ambos se modificam lado a lado.

Graças a sua configuração geográfica a cidade, sobretudo a grande, aparece como diversidade sócio-espacial a comparar vantajosamente como a biodiversidade hoje tão prezada pelo movimento ecológico. Palco a atividade de todos os capitais e de todos os trabalhos, ela pode atrair e acolher as multidões de pobres expulsos do campo e das cidades médias pela modernização da agricultura e dos serviços. E a presença dos pobres aumenta e enriquece a diversidade sócio-espacial, que tanto se manifesta pela produção da materialidade em bairros e sítios tão contrastantes, quanto pelas formas de trabalho e de vida (SANTOS, 1996).

O surgimento da primeira indústria em Fortaleza propiciou o desenvolvimento de diversas outras indústrias, o que acarretou no aparecimento de favelas - como o Serviluz, no século XX - que cresceram em conjunto com o processo de urbanização.

O processo de favelização de Fortaleza também está associado às migrações devido à severidade da estrutura fundiária, impedindo o acesso desses migrantes à terra e a outros meios de produção: “A cidade, à medida que oferece as melhores condições e dispõe de empregos, indústrias ou outros, reforça, até certo ponto, estes deslocamentos” (SILVA, 1992). Em face de tais problemas, Fortaleza, já na metade do século XX, era um centro atrativo para populações procedentes do interior do Ceará.

As dificuldades impostas, ao morar na cidade construída para as classes abastadas, induzem a ocupação das zonas de praias por importante contingente de emigrantes pobres do sertão. Eles estabelecem-se nos terrenos de marinha, área anteriormente ocupada pelas comunidades de pescadores, denotando crescimento dos efetivos demográficos, marcado por estado de saturação cujos testemunhos, após final do século XIX, são das favelas (DANTAS, 2002).

Era um cenário puramente indicador de um capital em que a zona litorânea oferece poucos atrativos de lazer, ao banho de mar e ao vislumbre da paisagem. Cenário esse destinado às classes sociais mais abastadas, reforçando o caráter do litoral como lugar de habitação destinado aos pobres da sociedade fortalezense.

O movimento de ocupação e apropriação dos espaços litorâneos pelos pobres correspondia à demanda por moradia dos retirantes que não conseguiram se estabelecer na cidade “... forçados por políticas higienistas de ordenamento e controle social a se fixar nos terrenos de marinha, lugar privilegiado de concentração deste segmento da população” (DANTAS, 2002).

4.1. A ocupação no entorno do Farol e do Porto do Mucuripe

Por volta do ano de 1947, foi realizado um levantamento topográfico do trecho situado entre a Igreja São Pedro e o Porto do Mucuripe, objetivando, posteriormente, a construção de uma avenida ligando a Praia de Iracema ao Mucuripe. Nesse trecho havia residências, tanto de casebres como de casas valorizadas pelo mercado imobiliário. As primeiras tiveram de ser desapropriadas.

Em relação ao núcleo de povoamento do Mucuripe, podemos enfatizar que populações nas proximidades do farol antigo e do Porto foram constituindo residências. Em vista do exposto acima, Linhares (1992) e Souza (1978) deduzem que:

Fortaleza, como se pode perceber, é uma cidade costeira, jamais uma cidade portuária. Seu porto se transformou gradativamente num apêndice. Sendo assim, ela a entregou àqueles que para ela são desconhecidos, os que, mesmo sendo dela, ela não aceita: prostitutas, seus marginais (LINHARES, 1992).

Proximidades do porto do Mucuripe: para ali foram as indústrias que estão na maior dependência do transporte marítimo com relação às matérias-primas, como os moinhos de trigo e a Fabrica de Asfalto de Fortaleza, subsidiária da PETROBRÁS, além dos estabelecimento de frigorificação da pesca. Os incentivos concedidos pela SUDENE à indústria de beneficiamento da pesca contribuíram para o surgimento das indústrias do ramo favorecendo assim uma maior ocupação do Mucuripe pelo setor secundário (SOUZA, 1978).

O complexo instalado no Porto do Mucuripe serviu como um atrativo para onde as populações menos favorecidas dirigiam-se, aumentando o contingente populacional do Serviluz, hoje dividido em Cais do Porto e Vicente Pizón. Portanto, o Porto foi o local de refugio para os pescadores expulsos de sua primeira moradia, que ficava na rua da frente da hoje Avenida Beira Mar.

Os trabalhadores braçais passaram a ter presença constante na área portuária, devido à necessidade desses trabalhadores por parte do complexo portuário. Com efeito, o complexo portuário amparou, durante o seu funcionamento, uma “Zona de Prostíbulos”, que foi uma das primeiras zonas de prostituição “oficializadas” na cidade de Fortaleza. Dessa forma, o Porto passou a ser um atrativo do turismo sexual, o que deixou uma “mancha” na reputação dos moradores do farol velho, principalmente das mulheres que ali residiam, por vezes confundidas com prostitutas. Mesmo não sendo, essa situação causava uma depreciação da sua imagem junto à sociedade fortalezense.

4.2. As formas de ocupação no Serviluz.

Como já foi exposto anteriormente nesse trabalho, podemos enfatizar que o aglomerado populacional distribuído entre os bairros Cais do Porto e Vicente Pizón pode ser chamado de Serviluz. Na verdade, esta foi a denominação que sempre foi utilizada pela população lá inserida. Essa divisão em dois bairros data da década de 90, mais precisamente no ano de 1997, logo após a criação da Secretaria Regional II (SER II) por parte da prefeitura de Fortaleza.

A população do bairro do Serviluz de alguma forma se relaciona com o meio em seu entorno, especialmente dos recursos naturais, como a exploração da pesca para a subsistência, o que de certa forma torna-se mais forte pelo fato de que a colônia de pescadores Z-8 está localizada em seu território.

Os pobres têm oportunidades restritas quanto à aquisição de terra. Neste sentido, a comunidade do Serviluz está encaixada, pois é uma comunidade que convive com a problemática da regulamentação fundiária. Grande parte dos moradores, como relata Maricato (1980) ao falar sobre especulação imobiliária, diz que “os pobres se instalam ilegalmente já que não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foram atendidos pelas políticas públicas de habitação” (MARICATO, 1980).

Devido às formas de ocupação da área do Serviluz já citadas é que podemos dizer que ela é mais uma das áreas de ocupação ilegal, de crescimento espontâneo e carente de uma infra-estrutura básica logo, fora das normas de urbanização, representando um entrave diante dos programas de planejamento urbano projetado ou realizado (VALLADARES, 1980).

Afirma Chauí (1987) que “os habitantes da periferia não inventam apenas a casa. Inventam o espaço. Criam o pedaço”. Os moradores de áreas como o Serviluz representam também indivíduos que são importantes no sentido de que possuem história de vida, pertencimentos, são contextualizados. Enfim, são brasileiros e fazem parte de uma nação que, dia após dia, sofre, sobrevive e resiste a todas as mazelas evidenciadas. Com uma visão preconceituosa, essas pessoas poderiam apenas ser representadas como estatística daqueles que estão na periferia. No entanto, eles inventam, constroem e criam o seu “pedaço”.

Muitos são os fatores que norteiam o problema de acesso à moradia em Fortaleza. Mesmo assim, as pessoas que sofrem com essa problemática, face aos usos do território já ocupado por gerações, criam:

... um espaço próprio no qual os símbolos, as normas, os valores, as experiências, as vivências, permitem reconhecer as pessoas, estabelecer laços de convivência e de solidariedade, recriar uma identidade que não depende daquela produzida pela sociedade mais ampla” (CHAUÍ, 1987).

Espaços residenciais dos pobres, que ocupam lugares ilegais como as favelas, são largamente tolerados quando não interferem nos circuitos centrais da realização do lucro imobiliário privado. Com efeito, no Serviluz, as primeiras ocupações surgiram em locais em que não havia o interesse por parte do mercado imobiliário. E devido a este fator começou a propiciar o aumento populacional daquela área.

5. VIOLÊNCIA.

A violência ligada aos processos espaciais, bem como os sociais, tem crescido nas últimas décadas, e o aumento dessa violência tem propiciado uma maior segregação sócio-espacial, principalmente no meio das classes menos favorecidas, como é o caso da área de estudo em questão.

A violência, ou pelo menos a sensação dessa, desde o final do século passado e começo deste, vem crescendo de forma bastante acelerada, fato relatado pelos mais diversos aparelhos jornalísticos. Vejamos o trecho do texto extraído do site jusbrasil² sobre o comentário do então deputado Ely Aguiar.

O deputado Ely Aguiar (PSDC) chamou atenção durante a sessão plenária desta quarta-feira (22/04), para o problema da violência no Ceará que, segundo ele, está cada vez mais difícil de ser controlada, porque "nós temos uma segurança de faz de conta". Ele destacou matéria publicada pelo jornal Diário do Nordeste na última segunda-feira sobre os números da violência e do tráfico de drogas no Ceará, na qual mostra que, de janeiro até o último dia 16, 42 adolescentes da faixa etária de 13 a 17 anos, foram assassinados na grande Fortaleza. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - 22 de Abril de 2009).

O aumento da violência associada ao “stress” do cotidiano propiciou o surgimento de doenças e síndromes típicas do meio urbano como a síndrome do pânico, que deixa a pessoa sem possibilidade de viver em sociedade, sendo que essa sensação de insegurança não está restrita apenas a uma classe social, mas sim em todo o seio da sociedade.

Esses sentimentos materializam-se no espaço urbano e engendram novas práticas cotidianas e paisagens geradoras de desconfiança como cercas elétricas, guaritas, alarmes e sistemas de vigilância (SILVA e FILHO, 2004).

A insegurança que cresce com a violência reduz a frequência com que os habitantes das regiões metropolitanas usam os espaços públicos como praças e corredores de

² Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1015746/ely-aguiar-chama-atencao-para-o-aumento-da-violencia-no-estado>> acesso em 11/12/2009.

lojas. Os cidadãos dão preferência aos *Shoppings*, pois estão cercados de segurança particular, que abrange uma área deixada de lado por incompetência do Estado.

A precariedade das relações trabalhistas, dentre outras, é um dos fatores que tem provocado um modo de sobrevivência ilegal no meio das classes mais desprivilegiadas, ressaltando que os jovens desses grupos são os que se utilizam mais dessa prática para a obtenção de camisas, bermudas e tênis de marca, pois dessa forma eles se sentem inseridos e abraçados pelo grupo com o qual mantêm uma relação social.

Nos últimos 50 cinquenta anos, assiste-se a uma aceleração de mudanças, jamais conhecida e experimentadas anteriormente: novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica; mutações substantivas nos processos de produção, nos processos de trabalho, nas formas de recrutamento, alocação, distribuição e utilização da força de trabalho com repercussões consideráveis, nos padrões tradicionais de associações e representação sindicais; transbordamento das fronteiras do Estado-nação, promovendo acentuada mutação nas relações dos indivíduos entre si, dos indivíduos com o Estado e entre diferentes Estados, o que repercute na natureza dos conflitos sociais e políticos nas modalidades de sua resolução (ADORNO, 2002).

Fortaleza, como muitas outras capitais brasileiras, sofre com os contrastes que advém do modo capitalista, no qual a riqueza contrasta com a pobreza e a miséria. E é nessa relação de contrastes que surge a insegurança e a violência.

Dentre os aspectos da violência urbana, podemos considerar que ela está distribuída de forma irregular na cidade de Fortaleza, concentrando-se de forma mais intensa em bairros de habitantes menos privilegiados e segregados socialmente dentro da cidade. Não obstante, os índices de homicídios são mais elevados em bairros que se concentram nessa classe social.

O bairro do Serviluz, objeto de estudo do presente trabalho, enquadra-se bem como um dos bairros de Fortaleza onde os índices de violência estão bastante elevados. Caracterizado por população de baixa renda, esse bairro apresenta grupos divergentes que buscam a manutenção de territórios a partir da violência, e isto proporciona elevadas taxas de homicídios, principalmente entre os jovens. Esses, quando interrogados sobre o porquê das disputas, não sabem a resposta, não sabem que o local de moradia determina a que grupo pertenceria, e muitas vezes essa disputa transpassa esses jovens atingindo moradores que não têm nenhuma ligação com a disputa territorial.

A violência é um fator que anteriormente ficava fora das escolas e salas de aulas, fato que não pode ser tomado nos dias atuais. Na área do Serviluz, podem ser mapeados quatro colégios, sendo três públicos: colégios Godofredo de Castro, que se localiza na área da pracinha do São Francisco; Colégio Elenita Mota, que fica na área central do Serviluz; e colégio Álvaro Costa, que se localiza na área das Estivas.

A Violência nas escolas do Serviluz pode ser destacada na reportagem do jornal Diário do Nordeste ³ de 13 de Setembro de 2007, que destaca a guerra de gangues levando o medo a esvaziar as escolas, necessitando da intervenção policial.

Com o aumento dos conflitos existentes entre os diversos territórios, alunos que residem em um território e estudam em outro ficam impossibilitado de irem às aulas, bem como os que desafiam ir ao “território do inimigo” vão armados com revólveres e facas com a justificativa de defesa, mas também servem para coagir outros alunos e professores. No primeiro semestre do ano de 2006, foram apreendidos três adolescentes armados dentro dessas escolas. Para não restringir essa realidade que aparenta ser apenas a das escolas públicas, dentro da única escola particular que fica dentro do Serviluz, Colégio Kennedy, no mesmo semestre, foi apreendido por policias da Ronda Escolar, com a autorização do diretor, um adolescente armado dentro da sala de aula.

Muitos outros elementos fazem com que a violência seja um fenômeno que as abordagens clássicas não explicam bem. É assim quando ocorrem a crueldade, a violência gratuita, a violência pela violência. Quando o autor não apenas destrói o outro, mas também se autodestrói (WIEVIORKA, 2007).

A frase do autor caracteriza bem a forma como se apresenta a situação da violência no Serviluz. A “violência pela violência” teve um início, é verdade, não muito longe, mas atualmente muito dos jovens que estão envolvidos diretamente com as disputas não sabe o porquê do ódio um pelo outro.

O conflito existente entre as gangues do Serviluz pode ser considerado recente, pelo menos dos moldes hoje, pois data de meados do início desta década, conforme observado nas entrevistas. A moradora da rua Leite Barbosa, Eveline, diz que:

³ Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=469673>. Acesso em 11/12/2009.

Não sei o porquê dessas brigas, só sei que o Serviluz brigava muito com o pessoal do Castelo e acho que foi em 2000 que os pessoal começaram a se matar aqui dentro do Serviluz.

O relato feito por essa moradora é confirmado por um dos atuais líderes da gangue da Favela, o “Batata”, que lidera juntamente com “Rafael do Boi”. Ele afirmou que:

O Serviluz era unido só num se batia com o Castelo, por causa de uma briga no Reggae entre o Camarão e o Boi, o Camarão era da Favela e o Boi da gangue da Pracinha onde o Camarão matou o Boi e a gangue da Estiva ficou do lado da gangue da Pracinha, sendo que a Estiva se desentendeu com a Pracinha quando o Ferrerinha que pertencia a Estiva passou para o lado da Pracinha quando o líder da Estiva tentou matar familiares do Ferrerinha, e este interferiu saindo dessa gangue.

A população acaba assumindo o território dominado pelas gangues, ela começa a se identificar com o território, passando a ter uma identidade formada pela violência. Durante a entrevista da senhora Eurides, foi possível notar a revolta dos moradores com a situação das gangues e assaltos:

Área do “Farol está morta por causa da gangue da Favela, que assalta quem passa por lá os turistas que chegam nos navios e que deveriam elevar a área são intimidados pelos próprios moradores pais de famílias que veem eles chegando e dizem para ir embora por que senão serão assaltados, e o pior que é verdade, é por isso que dou graças a Deus quando morre um da favela.

Nesta resposta da moradora, podemos observar a atuação de uma das gangues em atos delinquentes, a da Favela, conhecida pela prática desses assaltos a turistas, bem como por roubos de coletivos no Serviluz.

Sendo ela moradora da Rua Conefor, que é considerada fronteira entre a Favela e a Estiva, observa os constantes enclaves entre essas duas gangues, tornando-se visível sua raiva contra a gangue da favela. Ela relata:

Os cu cagado da Favela não se garantem só tem é enxame, que vem pra fronteira atíça o pessoal da Estiva e quando o pessoal da Estiva vai pra cima eles saem correndo com medo dos tiros e sobra pros moradores que acabam sendo baleados sem ter nada a ver com a discussão, mas embora essas brigas é um lugar bom de se morar”

Nesta frase podemos perceber a revolta com a situação, mas também a identificação do cidadão com o lugar. Claro que não podemos dizer que esse é um sentimento compartilhado por todos os moradores. Foi possível detectar, em outras entrevistas, que um morador, ao ser indagado se ele pudesse sair do Serviluz ele sairia, a resposta mais comum foi “claro que sim, e quem não sairia?”.

5.1. A implantação do Programa Ronda do Quarteirão.

A implantação do programa Ronda do Quarteirão, que se trata de um programa de governo que o Governador Cid Gomes prometeu durante a sua campanha eleitoral, não podia deixar de ser citada como uma tentativa de redução da violência não apenas no Serviluz, mas em toda Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O projeto procurou mapear a RMF em áreas tendo como base o quantitativo populacional pela extensão da área no intuito de que a viatura do Ronda não demorasse mais do que cinco minutos para chegar, caso fosse solicitada. No entanto, as imagens utilizadas para o mapeamento do Serviluz eram antigas e não transpareciam a realidade atual de inchaço populacional de sua área, ficando a Ronda do Cais do Porto - que é o nome daquela Ronda - responsável por uma área muito grande de abrangência, pois é responsável também pelo bairro Castelo Encantado.

O Ronda do Quarteirão visa uma espécie de policiamento de aproximação, no qual o policial passa a ter um maior contato com a população na tentativa de diminuir a estigmatização de policiais violentos e brutos que não têm interesse em manter contato com a comunidade.

No Serviluz, pelas respostas recebidas durante a entrevista, foi notória a aprovação do programa por parte da população durante os dois anos em que está atuando. Claro que não podemos deixar de citar também as denúncias contra o Ronda, sendo as mais comuns as de que a viatura passa pouco, o que pode ser justificado, talvez, pela extensa área; e a mais grave, a de que o Ronda estaria impondo o toque de recolher dentro do Serviluz, sendo esta denuncia grave, pois contrapor-se-ia aos direitos individuais promulgados no artigo 5 da Constituição Brasileira, restringindo, assim, os direitos humanos dos moradores. No entanto, esse fato foi indagado durante as entrevistas feitas, não obtendo nenhuma resposta afirmativa, tendo por

vezes um gesto de espanto por parte dos entrevistados, tanto moradores como por parte dos policiais entrevistados.

Os moradores afirmaram que o Ronda contribuiu para a redução da violência, principalmente no começo, mas que a eficiência diminuiu um pouco, mas ainda contribui e muito na redução da violência dentro do Serviluz, sendo o principal foco os assaltos a ônibus e nas paradas destes. A senhora Cláudia Rodrigues, quando indagada sobre o Ronda do Quarteirão, disse: *“No começo ajudou a diminuir a violência, mas agora os assaltos voltaram, não como no começo. Mas também eles deixaram de abordar”*.

5.2. Violência entre os jovens.

Entre os diversos problemas e questões cruciais que continuam a desafiar as políticas de desenvolvimento social na cidade de Fortaleza, seguramente uma das mais importantes é a do aumento da violência entre os jovens. O expressivo contingente de jovens existentes no conjunto geral da população, somado ao aumento da violência e da pobreza e ao declínio das oportunidades de trabalho, está deixando a juventude fortalezense sem perspectivas para o futuro, sobretudo o segmento de jovens que está sendo vítima de situações sociais precárias, muitas vezes excluídos socialmente e aquém das necessidades mínimas para garantir uma participação ativa no processo de conquista da cidadania e desenvolvimento cultural.

O contingente de jovens em situação de vulnerabilidade, aliada às turbulentas condições sócio-econômicas de nosso país, ocasiona uma grande tensão que agrava diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, instiga o aumento da ociosidade e, por conseguinte, da violência e da criminalidade.

Em consequência, delineiam-se cenários críticos difíceis de serem enfrentados por políticas de efeito parcial. Disso decorre a necessidade de, por um lado, definir políticas sociais para a juventude no contexto interativo das políticas globais de desenvolvimento e, por outro, fortalecer o capital social e cultural do jovem por intermédio de projetos ou políticas que viabilizem a sua inserção no conjunto dos esforços de cada região para superar e remover os entraves existentes. Torna-se necessário, também, um trabalho de efetiva sensibilização da sociedade e de seus recursos, objetivando a internalização de valores que deixem evidente que a juventude de hoje assumirá a liderança no dia de amanhã e de que o que for feito hoje em

prol de uma efetiva valorização do protagonismo juvenil, dependerá doravante, sob muitos aspectos, da direção das tendências que delinear-se-ão nas próximas décadas. Em outras palavras, é preciso investir na juventude, combatendo a vulnerabilidade social pelo aumento do capital social e cultural que poderá proporcionar a substituição do clima de descrença reinante por um sentimento de confiança no futuro.

5.3. Violência e drogas.

É, no mínimo, arriscado estabelecer relação mecânica de causalidade entre consumo de drogas e violência. O que certamente ocorre (e os jornais costumam tratar disso cotidianamente) é uma relação direta entre violência e comercialização de drogas. No circuito do tráfico, com uso de armas cada vez mais sofisticadas, conflitos violentos acontecem quase todos os dias, principalmente em razão da ruptura de pactos econômicos, éticos e morais, e da invasão de territórios demarcados.

Pode-se entender a relação entre consumo de drogas e identidade como parte do mundo contemporâneo e das sociedades modernas. O consumo de álcool, por exemplo, relaciona-se com a história das classes trabalhadoras, marcando-lhes o espaço e o tempo cotidiano. A maconha, nos anos 70, esteve relacionada com o movimento *hippie* e suas contestações ao capitalismo e à violência. A *Canabis sativa* significava a afirmação de um estilo de vida, de um tipo de percepção do mundo.

Nos anos 80, a cocaína transformou-se na droga da resistência. Buscava-se propalar a imagem heróica de quem pode ocupar-se do trabalho, ter lucros e manter-se aberto às aventuras exóticas encontradas em meio a outros grupos urbanos.

O uso do Crack no Brasil tem sido identificado em grupos das mais diversas situações econômicas e sociais. É uma droga que faz parte dos mais diversos setores sociais e com isso seu uso pode ser classificado como banal. Essa droga invadiu Fortaleza de uma forma avassaladora, na qual a maioria de seus usuários é jovem e perde a perspectiva de vida, de algo melhor para o seu futuro, ficando retido ao ganho de dinheiro para o consumo de seu vício, perdendo, com isso, a noção de moral e respeito próprio. Tais considerações são de extrema importância para situar a problemática do consumo das drogas como uma dimensão que facilmente pode se taxar como problema de saúde pública.

Na maioria das vezes, os jovens não associam violência a consumo de drogas. Entre os jovens dependentes, prevalece uma visão justamente oposta. Importa trabalhar agora como as drogas participam do universo juvenil atingido e com isso buscar meios e estratégias de combater tal mazela.

5.4. Gangues e galeras.

Como trataremos a seguir, as gangues são bem conhecidas pelos jovens brasileiros e no mundo como um todo. No entanto, nenhum jovem assume a participação nesses grupos. É gritante que existe receio de tornar público seu engajamento em práticas malvistas pela sociedade, reprimidas pela polícia e não aceitas pela família. Uma marca característica, comum às gangues, é a necessidade de autonomia, da não aceitação à idéia da lei e da autoridade.

A adesão dos jovens às gangues parece expressar um modo de se contrapor ao vazio de paradigmas éticos e morais que deveriam habitar as diversas entidades sociais como: família, escola e demais instituições sociais. Elas formam verdadeiras organizações que se identificam com líderes e com territórios nos quais a circulação é apenas permitida entre os enturmados. O vazio, a falta de opções, as indefinições dos limites, a ausência de canal de participação política, a descrença na autoridade e na lei, possuem, certamente, efeito na vivência dos jovens e parecem, muitas vezes, impulsioná-los para a prática coletiva da violência.

Esses grupos juvenis articulados em torno de atos ilícitos dos mais variados tipos são habitualmente conhecidos no espaço público como destabilizadores dessa esfera. São vistos como problemas sociais, como uma ameaça. No entanto, a capacidade desses jovens de se organizarem em torno de um interesse comum não tem sido devidamente canalizada para dar a essa experiência uma marca positiva. Esses jovens não chegam a ser considerados como atores com quem se possa estabelecer qualquer tipo de relação de interlocução nos processos de debate e de negociação de interesses públicos.

Pertencer a uma gangue significa reunir-se para fazer pichações, brigar, roubar, depredar, fazer atos ilícitos. Os deveres de um indivíduo para com a gangue são unir-se a seus membros e copiar atos do líder. O procedimental das gangues não permite questionamentos de atores externos ao movimento, e a resultante dessa observação são os embates com outros

grupos e indivíduos. Existe claramente uma busca por poder e influência na localidade instaurada. Se um dos membros se opuser ao movimento, é melhor sair do pólo de atuação deste, haja vista que será considerado agora como um inimigo e será subjugado como tal.

Os jovens referem-se ao fenômeno das gangues como forma de sociabilidade. Os grupos são constituídos de modo aleatório e por afinidade, seus integrantes se conhecem algumas vezes desde a infância. Bebida e drogas são correntemente utilizadas. Bater nas pessoas e guerrear por territórios são práticas que fazem parte de sua rotina. Algumas pessoas acreditam que as gangues também são formadas por indivíduos das camadas mais altas e residentes nos bairros mais abastados, filosofia que se mostra robusta diante da realidade.

Alguns jovens circunscrevem a gangue a uma faixa etária de adolescentes mais novos, também afirmam não pertencer a gangues, apesar de conhecê-las e manter relacionamento com seus integrantes. Essa relação se daria ou pela convivência com eles no dia a dia ou para se protegerem de outros grupos que os ameaçam. Relacionar-se com as gangues pode vir a ser uma estratégia de defesa.

Segundo Abramovay (2002), os membros das gangues desenvolvem sua força física por meio da prática de lutas, tais como capoeira e jiu-jítsu, não querendo com isso estigmatizar essas lutas. O que era pra servir de filosofia para os jovens, a não violência, é utilizada para aplicar em brigas, muitas vezes sem razão aparente. O perfil essencialmente masculino é uma das suas características. Essa formação machista mantém o cavalheirismo entre suas regras, tornando o relacionamento com o público feminino mais respeitoso e menos agressivo. É notório, contudo, que os jovens, ao começar a namorar, tendenciam-se pelo afastamento do grupo, mudam de atitude, priorizando uma relação mais privada e livre de confusão.

O perfil dos envolvidos atende a certo padrão que pode ser assim descrito: são jovens relacionados a meninas por muito tempo, dependendo da companheira, eles são capazes de sair da gangue. Outro fator de relevância atina à sua estrita participação no mundo das gangues, já que adquire pouca empatia com a sociedade externa, ou seja, a pouca sensibilidade os afasta ainda mais de um convívio saudável com o resto da sociedade. Quando os jovens conseguem perceber os benefícios de um convívio pleno em sociedade, ocorre enfim o abandono das atividades até então praticadas, sua percepção, agora livre de considerações tendenciosas e parciais, trazem-nos de volta ao ponto da cidadania.

É importante ressaltar o estudo realizado em São Paulo entre os anos de 1993 e 1996, o qual observava o comportamento infracional do adolescente entre 12 e 18 anos. Constatou-se que:

O perfil dos adolescentes que se envolvem com atos infracionais não é distinto do perfil de criminalidade na população adulta. Ao contrário do que indicam as expectativas no interior da opinião pública, é baixa a proporção de jovens que cometem homicídios (ADORNO, 2002).

No bojo desta constatação, podemos notar que vai de encontro com a sensação que nos é transmitida pela imprensa nacional, que nos deixa entender que a maioria dos atos criminosos são praticados por menores de idade.

A realidade exposta no trabalho realizado em São Paulo, na década de noventa, contrasta com a realidade vivenciada dentro do bairro de estudo em questão, pois a maioria dos delitos cometidos é de jovens na faixa de 14 e 18 anos. Os maiores de dezoito anos que cometem crimes começaram a vida de delinquência ainda nessa faixa etária.

A galera, por sua vez, segundo Abramovay (2002), é entendida como um grupo de jovens que se reúne para sair, para se divertir. Eventualmente, algumas delas se reúnem para consumir drogas. Muitas vezes serve de proteção aos moradores da comunidade, fazendo justiça com as próprias mãos e não admitindo intrusos nos arredores.

Diferentemente das gangues, as galeras não saem com predisposição para praticar atos ilícitos e violentos. Mesmo assim, podem vir a envolver-se em brigas e conflitos. A galera se reúne para sair, para se divertir, para ir a algum lugar, às vezes para adquirir drogas, para mexer com drogas. É uma turma de pessoas conhecidas. É um grupo de amigos unidos, é uma coisa saudável aos olhos de seus membros.

5.5. Educação.

Na história da educação brasileira, ganha importância, nos anos 20 do século passado, o debate em torno da universalização do ensino, que deveria ser público, gratuito e para todos. Muitos foram os esforços empreendidos no decorrer do século com avanços significativos, mas não suficientes para estancar as elevadas taxas do analfabetismo (ABRAMOVAY 2002).

Fortaleza, uma das regiões metropolitanas mais pobres do país, contava, em 1993, com elevado número de favelas, nas quais viviam um terço de sua população, denunciando o crescimento acelerado, desorganizado e desigual que esta cidade experimentara nas últimas décadas. Os moradores dessas favelas são imigrantes fugitivos da seca e da fome, forçados a ocupar terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), onde constroem suas precárias habitações, dispostas de forma densa e desordenada, como no caso da ocupação dos bairros pesquisados, formando o habitat do excluído, onde homens, mulheres e crianças vivem a violência da exclusão, sem acesso ao consumo e aos serviços públicos (SILVA 2006).

Nas ruas estreitas dessas comunidades, crianças de várias idades encontram o único espaço disponível para sua socialização. As escolas públicas muitas vezes são insuficientes, ficam distantes do lugar onde moram, por vezes ficando em outro território do bairro, no qual, devido aos entraves existentes entre eles, fica inviável o acesso ao estudo. Sem ensino, essas crianças tenderiam a crescer brincando nas ruas da favela, ajudando as mães nos afazeres domésticos, que incluem cuidar dos irmãos menores.

As lutas populares ou de movimento popular surgem como explicação fundamental à luta por bens de consumo coletivo, entre os quais podemos destacar a educação: “A violência é aquele que insiste na idéia de que a violência é uma conduta de crise, uma resposta às mudanças na situação do ator ou dos atores, que reage(m) principalmente pela frustração” (WIEVIORKA, 2007).

A educação anteriormente não ocupava o centro dos debates como prioridade. Não ter acesso à moradia se impunha com mais ímpeto, constituindo-se o centro das preocupações dos movimentos comunitários.

A educação, dessa forma, surgiria como uma consequência. As lutas por educação, no Ceará, ficavam restritas aos profissionais da educação, como os professores, que, sozinhos, não têm a força necessária para conseguirem o que almejam. As reivindicações giravam em torno da valorização da escola pública e do ensino público gratuito.

A ênfase na temática que privilegia a melhoria da qualidade de ensino sugere a existência de escolas públicas em quantidade suficiente para o atendimento de todas as crianças dentro da faixa de idade exigida por lei. Talvez seja este o motivo pelo qual a expansão do ensino não se configure como prioridade no rol das lutas por educação. Uma explicação para tal omissão talvez pode estar ligada à centralidade do tema escola pública para todos, que no fundo descarta outras formas de ensino.

No Serviluz, inúmeras crianças são vistas descalças e pobremente vestidas, correndo e brincando sob o olhar vigilante das mães, que se acham sentadas, em grupo, nas estreitas calçadas em frente às casas, conversando animadamente. Os pais são pescadores e desde cedo influenciam seus filhos a serem pescadores, para tanto suprem a necessidade das crianças ao estudo alegando que para ser pescador o ensino é diário, ficando o incentivo à educação por parte da mãe.

A falta de incentivo é notória quando observamos os dados do IBGE, nos quais mais da metade da população dos bairros do Vicente Pizon e do Cais do Porto apresenta uma taxa de alfabetização que não ultrapassa os cinco anos de escolaridade efetiva, como pode ser observado na tabela em anexo.

Neste aspecto, esses bairros podem ser comparados aos “guetos” no sentido desenvolvido por Wirth (1980): um “lugar urbano onde vive a parte mais pobre e mais atrasada da população”. A análise de Wirth refere-se ao caso dos judeus. Porém, do ponto de vista sociológico, este guarda forte semelhança com o modo como se estrutura o Serviluz.

Ainda que por razões diferentes, o Serviluz representa, para seus moradores, o que representava o gueto para os judeus: o lugar seguro onde se abrigam das intempéries provocadas pela discriminação e pela segregação produzida na convivência com a cidade. A diferença está no fato de que, para o judeu, o gueto era muitas vezes um privilégio, um lugar conveniente, apropriado para as suas práticas religiosas. Enquanto que para o morador desses bairros, a favela é apenas o resultado da sua condição de imigrante pobre e analfabeto.

Os judeus eram dotados de profundos conhecimentos e portadores de recursos próprios, inclusive econômicos. Traziam consigo o hábito historicamente construído da leitura, da pesquisa e do comércio. Os moradores dessa área chegaram ali empurrados pela carência total, tanto de conhecimento como de recursos de qualquer ordem. Ambos têm em comum a intensa experiência da exclusão. Foi a discriminação, mas principalmente os costumes e as tradições que tornaram possível a esse agrupamento a constituição de uma vida comunitária centrada na solidariedade.

Os laços que unem os membros dessa população foram atados com os nós da profissão, do parentesco, da vizinhança, dos modos de vida que constituem sua cultura. O sentimento de pertencer àquele grupo dava segurança e facilitava a convivência. Para além das possíveis divergências, cada um conhecia seu papel, sabia o que era ou não permitido ou tolerável. Viviam todos como uma grande família. A vinda para a cidade os coloca frente a

frente com novos padrões culturais. Sua história revela as dificuldades de adaptação ao novo ambiente, indicando que a quebra de um ambiente cultural torna dolorosa e lenta a reconstituição de um outro.

Isto pode estar explicando o isolamento a que se submeteu esta população, fechando-se, inicialmente, nos limites que a separava da cidade e procurando preservar seus costumes e tradições, como uma forma de defesa do desenvolvimento acelerado da cidade.

Pescadores, outrora profissionais autônomos, donos absolutos de sua produção e de suas vidas, veem-se, na cidade, jogados na condição de favelados, segregados no meio urbano, submetidos a outra lógica de trabalho, a outros tipos de relações para as quais não estavam preparados. Aos poucos, vão percebendo que na cidade existem outras normas. O mar já não é mais o espaço livre, mas controlado por instituições que os subordinam, tirando-lhes a prerrogativa de escolher onde e como pescar.

Os novos desafios impostos a essa população exprimem uma forma brutal de desencontros, que vão se expressar mais profundamente na luta pela sobrevivência imediata. A cidade oferece outras atividades além da pesca, mas suas habilidades não os qualificam a assumi-las. As dificuldades acabam por reforçar os vínculos e as funções de solidariedade, por meio dos quais tentam recompor a vida comunitária.

As famílias do Serviluz tomam para si a responsabilidade da educação, que se reflete, prioritariamente, na preocupação em prevenir a marginalidade infanto-juvenil. Acreditam que é possível educar suas crianças, ainda que do modo como eles próprios foram educados. Acreditam que a presença dos pais, com suas convicções e seus valores, acabe por influenciar favoravelmente, o que é louvável, mas para tal não basta apenas isto. Uma postura paternalista, talvez ingênua, mas construída a partir da experiência da segregação e da discriminação, que a lógica da cidade lhes impõe.

O ponto de apoio da população está na comunidade. Os laços de solidariedade que unem seus membros, entretanto, não os transformam em um grupo homogêneo. Ao contrário, revelam as dificuldades que enfrentam como imigrantes excluídos dos serviços de consumo coletivo, os quais produzem, mediante reivindicações junto ao Estado, tênues formas de protestos coletivos carregados de apelos aos sofrimentos e às demandas reais pessoalmente vividas.

A luta pela escola revela que na favela a vida não para. Os problemas com os quais tem que se confrontar abre espaço para a possibilidade de uma ação coletiva. Além disso, em

meio às aspirações, sonhos, paixões e imensas dificuldades, persistem a noções claras de que a favela é o refúgio. O ambiente da cidade é hostil e ameaçador. Na favela, famílias e vizinhos se protegem e se respeitam mutuamente.

Formados por uma mesma categoria profissional, originários de um mesmo lugar, guardando uma mesma cultura, vivem na cidade a experiência da segregação social. Ligados por laços de parentesco e vizinhança, desenvolvem um modelo de vida comunitária com idéias e interesses comuns do qual retiram a força e a coragem para continuar vivendo. Impossibilitados de uma maior integração com a cidade, interiorizam o estigma imposto socialmente, acentuando a necessidade de uma identidade para recompor a unidade e o equilíbrio.

A vida comunitária lhes dá esta identidade. A sensação de pertencer a alguma coisa oferece segurança e aumenta as possibilidades de adaptação. Ameniza a distância social, mas também aumenta o isolamento que pode induzir a um tipo de relação secundária.

A coesão grupal é marcada pela experiência vivida em comum durante toda sua existência e mantém sua consistência, ainda que desenvolvam ações diferenciadas. Os males engendrados pela vida urbana tendem a impor fronteiras impelindo-os à vida comunitária. A discriminação, entretanto, não tem sido suficiente para mantê-los totalmente isolados. Mantêm o sentido do privado em oposição à cidade sem, contudo, negar os recursos que essa pode oferecer. A partir das reivindicações em prol da escola, junto ao poder público, desenvolvem um tipo de interação que lhes permite sair do espaço fechado de comunidade e recriar novas situações de aprendizagem.

A cidade os impede de fazer o que sabem e não favorece a aquisição de outras habilidades que lhes permitam o acesso ao mercado urbano. Entretanto, ao assumirem a escola, o sentido comunitário tende a se expandir, criando novas significações que vão além da simples escolarização.

A escola comunitária sinaliza para melhores oportunidades para seus filhos, na medida em que constitui o único espaço possível para a aquisição de uma instrução escolar, que lhe é negada pela cidade. Por isso, criam-na e lutam para preservá-la. Esta luta acaba colocando a escola como ponto de encontro entre a favela e a cidade.

5.6. Trabalho.

Nas comunidades do Serviluz, podemos ressaltar o desemprego como um dos problemas mais graves para o favorecimento da vulnerabilidade dos jovens, ou seja, a falta de oportunidade de uma primeira experiência de emprego.

O trabalho desempenha papel central na organização da existência humana. É o critério mais importante de estratificação social em sociedades avançadas e constitui a principal referência que determina padrões de identidade e sociabilidade, interesses, atividades políticas, vida em família, estilos de vida e acesso aos recursos econômicos que, por sua vez, determinam diversas oportunidades.

Os jovens dessas comunidades não têm oportunidade no mercado de trabalho, pois a falta de uma mão de obra mais qualificada, devido ao difícil acesso às universidades por não terem tido uma educação de qualidade, excluem-nos desse mercado.

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas por fortes transformações econômicas e sociais em decorrência da internacionalização da economia, introdução de novas tecnologias e novas formas de organização da produção. No contexto de crescimento das políticas neoliberais e transformações do modelo econômico, desencadeou-se uma onda de desregulamentação das mais diversas esferas do mundo do trabalho. Estabeleceu-se um novo padrão de produção, com flexibilização das estruturas produtivas, mudança na base técnica da produção, alteração da organização da produção e da divisão social do trabalho. Esse movimento definiu intensas modificações na natureza, no significado e no conteúdo do trabalho.

Um outro aspecto da globalização que intervém na violência contemporânea é o que o geógrafo americano David Harvey melhor formulou, ao dizer que ela corresponde à dupla compressão do tempo e do espaço. Hoje a informação, em parte, circula no mundo inteiro a velocidade instantânea e, em parte, é facilmente guardada na memória e acessível com não menos facilidade (ADORNO, 2002).

Esse incremento é mais acentuado entre mulheres e jovens. Paralelamente, sobretudo nas comunidades mais carentes dos países em desenvolvimento, cresceu a economia informal, na qual os salários são mais baixos e as condições de trabalho inadequadas. Entretanto, o principal vínculo de inserção nas sociedades modernas continua

sendo o que se desenvolve a partir do trabalho. O trabalho, na pluralidade de forma que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isso porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do seu tempo e de suas habilidades de trabalho. O crescimento do trabalho atípico, juntamente com o desemprego, acentua diferenças de renda e aprofunda ou imprime novas feições às desigualdades sociais.

O desemprego pode levar à privação material, perda de direitos, de participação social, de autoestima e de motivações. Pode-se afirmar que a exclusão do trabalho é a mais ampla, e que suas vítimas estão, provavelmente, excluídas da maioria das outras redes sociais e inseridas numa trajetória de vulnerabilidade.

5.7. Infra-estrutura.

Um gravíssimo problema vivido não só por nossa área de estudo - compreendida pelo Serviluz -, mas na cidade como um todo é a favelização. Esta realidade atinge não somente os grandes centros urbanos, mas também as médias e até mesmo as pequenas cidades. A partir do momento em que o poder público e a sociedade civil têm essa percepção, a tomada de decisão com relação à reversão dessa realidade assume uma dimensão muito mais efetiva.

É possível frizar, diante dos fatos, que conviver com a precariedade não é exceção, mas uma regra para a maioria da população mundial. Dentro do cenário mundial, Fortaleza não foge à regra. Apesar de esta constatação ser óbvia, não se verifica uma priorização.

A realidade da favelização é tratada de forma pontual, com ações desarticuladas e desprovidas de uma política que integre temas, dimensões, estratégias, instrumentos, recursos e, principalmente, atores sociais. O número de favelas em nossa cidade duplicou em 20 anos. O fato é que os bairros tomados nessa pesquisa estão inseridos no contexto geral vivido por toda a região metropolitana do Estado e de nosso país como um todo. Sua desestruturação pode ser apontada como causa e consequência de problemas sociais, já que as favelas sofrem com a falta de infra-estrutura.

Especialistas apontam a necessidade de uma requalificação das áreas ocupadas pelas favelas. Ocorreu, com ajuda das ocupações desordenadas, um salto de quinta para quarta

cidade do País em população. Este crescimento demográfico, no entanto, implicou em aumento na pressão social, com precarização das condições de renda, acesso a serviços básicos e moradia.

É de chamar a atenção a taxa média geométrica de crescimento anual de Fortaleza, entre 1996 e 2000, pois, enquanto a cidade inteira ficou em 2,17%, considerando um universo de 114 bairros, muitos com taxas negativas, o Siqueira disparou, com aumento de 38,89%. Ou seja, um salto de 6.376 moradores para 23.728. Não por acaso, passa pelo bairro o Rio Maranguapinho, que atravessa quatro municípios da região metropolitana de Fortaleza (RMF), incluindo 23 bairros de Fortaleza, em três regionais, com 51 áreas de risco, segundo dados da Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR).

6. CONCLUSÃO

Podemos concluir, portanto, que no Serviluz existem as territorialidades geradas principalmente pela violência, onde existem três grupos que geram diretamente esta territorialização, que são: o da Estiva, localizado mais próximo à área portuária do Serviluz, liderada pelo “Cibite” e o “Ednardo”, sendo esse grupo considerado por policiais o grupo mais bem articulado, pois promovem assaltos de grande porte - como saidinhas bancárias na área do bairro Aldeota - e é um grupo disposto a qualquer situação ilícita.

O segundo grupo é a Favela, que está localizado próximo ao primeiro, sendo que este margeia a faixa de praia do Serviluz e é liderado pelo “Batata” e o “Rafael do Boi”. Esse grupo é responsável por assaltos a turistas que desembarcam no complexo portuário e por assaltos a ônibus.

O terceiro grupo é o da Pracinha do São Francisco e está situado no extremo leste do Serviluz, próximo à Sardinha, que é um grupo que não influencia diretamente nessa territorialização da violência. O grupo da Pracinha é liderado pelo “Niel” e o “Ferrerinha”, que era da Estiva e mudou de lado por discussão interna do grupo (já citada anteriormente). Esse grupo é responsável por assaltos a estabelecimentos comerciais.

Os enclaves existentes dentro do Serviluz foram gerados no início desta década. Anteriormente, os enclaves eram do Serviluz contra o Castelo Encantado, e esse conflito foi gerado por um motivo torpe no qual dois membros brigaram e um matou outro, gerando a partir daí uma sequência de homicídios. Foi possível constatar que a maioria dos membros das gangues não sabem o porquê da briga, mas já tem um ódio sem motivo.

Foi possível detectar também um medo gigantesco por parte dos moradores quando indagados sobre a briga das gangues, alegando os moradores de que a briga é com as gangues e que não sabe o porquê das brigas, demonstrando que quanto menos souber sobre o assunto, melhor. Os moradores têm, de certa forma, um trânsito livre dentro do Serviluz, ficando mais perigoso para os mais jovens, que vez por outra são confundidos como se fossem membro de uma ou de outra gangue.

Os moradores do Serviluz têm uma renda média muito baixa, segundo os dados do IBGE de 2000 (vide ANEXO) dos bairros do Cais do Porto e do Vicente Pizon, que constituem a comunidade do Serviluz, caracterizando uma população pobre. Mesmo assim, foi possível notar que os moradores usam roupas consideradas de marca boa, que uma peça

dessas custa um terço do salário médio familiar e que principalmente os jovens que não utilizam esse tipo de roupa se sentem excluídos deste grupo, e isso leva boa parte da juventude do Serviluz a se envolver com as gangues para se sentir incluídos.

E é nessa perspectiva que os indivíduos que geram a violência dentro do Serviluz em sua maioria são jovens e, conseqüentemente, os índices de mortalidade são maiores entre eles. Esse fato é agravado pela sensação de impunidade que é internalizada por parte da população, que vê um menor de idade ser detido cometendo algo ilícito e, após alguns dias, estar nas ruas como se nada houvesse acontecido, servindo esse fato como sedução do menor a cometer ilícitos.

BIBLIOGRAFIA

ABERASTURY, Arminda. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981.

ABRAMO, Helena W. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo, ANPOCS/Scritta, 1994.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas / Miriam Abramovay et alii. – Brasília : UNESCO, BID, 2002.

_____. “**Jovens e cidadania**: a tematização da juventude na ação social e no debate político contemporâneo”. XXI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA. São Paulo, agosto, 1997.

ADORNO, Rubens C. F. “**Crianças e jovens em trânsito para a rua**: um cenário urbano”. VII CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Brasília, agosto, 1997.

ADORNO, Sérgio. **La criminalidad violenta urbana en Brasil**: tendencias y característica. **Reunión sobre el desafío de la violencia criminal urbana**. BID/UNESCO/Estado do Rio de Janeiro, março, 1997.

ADORNO, Sergio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8 jul/dez 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1997

_____. “Novas” contradições do espaço. IN: DAMIANI, Amélia Luiza; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Orgs). **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001 (Coleção novas abordagens).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, M. **O rendimento escolar no Brasil e a experiência de outros países**. São Paulo, Loyola, 1990.

COSTA, Márcia Regina. **Os carecas do subúrbio** - caminhos de um nomadismo moderno. Petrópolis, Vozes, 1993.

COSTA, M. C. L. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiell da; CAVALCANTE, Tercia C.; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org). **Ceará: um olhar geográfico.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2005.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil Brasil.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. **Relativizando:** uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à Vista:** estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico.** Tradução de Heloysa de Lima Dantas. 5. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1991. Tradução de: *L'Espace Géographique.*

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980. Tradução de: *Social Justice and the city.*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000:** características da população e dos domicílios. Resultados do Universo: Brasil, Grandes Regiões Metropolitanas, Distritos, Subdistritos e Bairros, Rio de Janeiro, 2001. CD-ROM.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira, a base de tudo.** São Paulo, Cortez/UNICEF, 1994.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração:** santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEVISKY, David Leo. **Adolescência, reflexões psicanalíticas.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 4. Ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Tradução de Sergio Martins. 1ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2002. Tradução de: *La Révolution Urbaine.*

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal:** por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LIPOVETSKY, Gilles. **L'ère du Vide essais sur l'individualisme contemporain.** Paris: Gallimard, 1983.

_____. **Adolescência e violência, conseqüências da realidade,** 1997. (Mimeo.)

UNESCO. **Declaración de principios sobre la tolerancia.** Paris, 16 de novembro, 1996.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira: IPPUR, UFRJ, FASE, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, E .V . **Dinâmica da paisagem**: estudo integrado de ecossistemas litorâneos em Huelva (Espanha) e Ceará (Brasil). Tese de Doutorado, Universidade do Estado de São Paulo – Rio Claro. 1992.

SILVA, José Borzacchiello; **CAVALCANTE**, Tércia Correia; **DANTAS**, Eustógio Wanderley Correia (orgs.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2005.

SILVA, J. B. da; **DANTAS**, E. W. C; **ZANELLA**, M. E; **MEIRELES**, A. J. A. (orgs.). **Litoral e Sertão** – natureza e sociedade no nordeste brasileiro – José Borzacchiello da Silva El al. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbana. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Maria Salete de. Fortaleza: uma análise da estrutura urbana. 3º Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 1978.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa. **Análise do programa de remoção das favelas do Rio de Janeiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Gestão integrada da zona costeira**: ocupação desordenada, erosão, assoreamento e poluição ambiental do litoral. Fortaleza: Premium, 2005.

VELHO, Gilberto. (org.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996.

_____ & **FIGUEIRA**, Sérvulo. A. (coords.). **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro, Campus, 1981.

VIANNA, Hermano (Org.). Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

WALBERG, H. J. Improving the Productivity of American Schools. Educational Leadership, vol. 41, 1989.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. Tempo Social. São Paulo, vol. 9, n. 1, 1997.

WIEVIORKA, Michael. Violência hoje, Ciência & saúde coletiva, 11(sup): 2007.

ZALUAR, Alba. A guerra privatizada da juventude. Folha de S. Paulo, 18/5/1997. (Mimeo.)

_____. **A máquina e a revolta.** São Paulo, Brasiliense, 1985.

<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1015746/ely-aguiar-chama-atencao-para-o-aumento-da-violencia-no-estado>

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=469673>

ANEXO

Tabela de Dados socioeconômicos dos moradores dos Bairros Vicente Pizón e Cais do Porto, ambos formadores do Serviluz, segundo dados do Censo demográfico de 2000 – IBGE.

População	Cais do Porto	Vicente Pizón
Total	19.225	35.519
Alfabetizada	14.887	28.757
Não Alfabetizada	4.338	6.702
Sem Instrução	1.204	1.587
1 a 3 anos de escola	1.135	1557
4 a 5 anos de escola	1.640	2.581
6 a 10 anos de escola	658	1.268
11 a 14 anos de escola	351	1341
Mais de 15 anos de escola	80	814

(Fonte: Colares Dias, 2009)